



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 379/11

Determina a aplicação prática do conteúdo do §5º do art. 150, da Constituição Federal em todo Estado do Paraná.

Art. 1º Determina a obrigatoriedade, em todo o Estado do Paraná, da discriminação na nota fiscal dos tributos incidentes sobre os produtos e serviços.

Art. 2º Os Estabelecimentos que prestem serviços ou forneçam produtos deverão indicar os valores do que se oferece discriminados com o apontamento dos tributos incidentes.

§ 1º A informação deverá abranger o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

§ 2º As empresas ficam desobrigadas da indicação dos tributos que não incidam na operação ou que não tenham impacto sobre o preço da mercadoria ou do serviço.

Art. 3º Caberá à Secretaria Estadual da Fazenda fiscalizar o cumprimento desta Lei.

Parágrafo único - O descumprimento desta Lei acarretará ao infrator a aplicação de multa em valores a serem

especificados pelo agente fiscalizador, não podendo ser inferior à 5 salários mínimos regionais.

Art. 4º Os estabelecimentos terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para se adequarem à presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 07 de março de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 685/11

Declara de utilidade pública a Associação de Judô Miyaji – AJM, com sede e foro no Município de Nova Esperança.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Judô Miyaji – AJM, com sede e foro no Município de Nova Esperança.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 07 de março de 2012.


ALEXANDRE CURTI
PRESIDENTE


RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 871/11

Declara de utilidade pública a Associação das Crianças e Adolescentes de Céu Azul, com sede no Município de Céu Azul e Foro no Município de Matelândia.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação das Crianças e Adolescentes de Céu Azul, com sede no Município de Céu Azul e Foro no Município de Matelândia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 07 de março de 2012.

Dois assinaturas manuscritas em tinta preta, localizadas à esquerda da assinatura do presidente da comissão.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.
ALEXANDRE CURÍ
PRESIDENTE

Assinatura manuscrita do relator.
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 008/12

Transfere o Município de Manfrinópolis da Comarca de Barracão, de entrância inicial, para a Comarca de Francisco Beltrão, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277/03, de 30/12/2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 1º Fica o Município de Manfrinópolis transferido da Comarca de Barracão, de entrância inicial, para a Comarca de Francisco Beltrão, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277/03, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 2º Fica alterado o art. 288 da Lei Estadual nº 14.277/03, que passa a vigorar acrescido do inciso X, com a seguinte redação:

"Art. 288. Ficam transferidos os seguintes Distritos Judiciários:

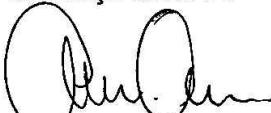
(...)


X – Manfrinópolis - da Comarca de Barracão para a Comarca de Francisco Beltrão."

Art. 3º Ficam alterados os Anexos III, Tabela 2, e IV da Lei referida no art. 1º.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 07 de março de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - DEMAIS COMARCAS - ANEXO III - TABELA 2

Nº	COMARCA	Nº	Sede / Serviço Distrital Município	Nº	Serviço Distrital Não Município
15	Barracão		Barracão		
			Salgado Filho		
			Bom Jesus do Sul		
...					
48	Francisco Beltrão		Francisco Beltrão		
			Enéas Marques	74	Pinhalzinho (*)
			Manfrópolis		
...					

[illegible]

(2) = JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E / OU CRIMINAL COM UNIDADE ADMINISTRATIVA PRÓPRIA E UM CARGO DE JUÍZ

1



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

DO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

22 AGO. 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº.

656/11

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º. – Fica incluído no Calendário Oficial do Estado do Paraná, a “Festa do Bom Jesus”, da Comunidade Ucraniana, localizada na sede do Município de Palmital, realizada anualmente no dia 06 de agosto.

Art. 2º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 2011.


NEREU MOURA
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

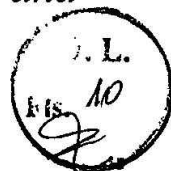
O presente Projeto de Lei se justifica em razão de que na Comunidade Ucraniana, localizada na sede Município de Palmital, existe uma Gruta construída com recursos públicos em louvor ao Senhor Bom Jesus, e todos os anos para o local acorrem centenas de pessoas de diversas localidades. Hoje, é um ponto turístico da cidade, e por isso é preciso reconhecer esta condição, fortalecendo essa demonstração de fé e de religiosidade da população, para que a comunidade possa conquistar mais dividendos com tudo o que já foi construído, agregando renda e emprego, além, evidentemente da questão da fé, que é o mais importante.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

14:33 22/08/2011 006468 DF ISSUPELIR 11615141UR DO 1933NA



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER

Projeto de Lei nº 656/11

Autor: Deputado Nereu Moura

Súmula: Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a "Festa do Senhor Bom Jesus" da comunidade Ucraniana, localizada na sede do município de palmital, realizada anualmente no dia 06 de agosto.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Nereu Moura, objetiva inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a "FESTA DO SENHOR BOM JESUS", que se realiza anualmente no dia 06 do mês de agosto.

FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição da República dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais. Veja-se:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná D. L.
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais.
Veja-se:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

Sobre a matéria, importante ressaltar o entendimento doutrinário:

"A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹."

Dessa forma, presentes todos os requisitos de técnica legislativa e não implicando em qualquer impacto financeiro, revestido está de constitucionalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 22 de Novembro de 2011.

DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEP. ELIO RUSCH
RELATOR



DEP. PEDRO LUPION
Deputado Estadual - PR

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas, São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808

COMISSÃO DE CULTURA



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 656/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Nereu Moura propôs o Projeto de Lei nº 656/2011 com o intuito de incluir, no Calendário Oficial do Estado do Paraná, a "Festa do Bom Jesus", da Comunidade Ucraniana, localizada na sede do Município de Palmital, a ser realizada anualmente no dia 06 de agosto.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Elio Rusch, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de vício constitucional de ordem formal e/ou material.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

A Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, já em seu preâmbulo, estabeleceu como valores supremos de nossa sociedade a fraternidade e o pluralismo. Tais características devem ser interpretadas de maneira ampla, de modo a concretizar o verdadeiro espírito do constituinte brasileiro de 1988: o multiculturalismo, com a conseqüente valorização das manifestações das diversas culturas no território nacional.

A valorização do multiculturalismo, oportuno ressaltar, é característica que se evidencia com o estabelecimento de festas realizadas por descendentes de povos que em muito contribuíram para o processo histórico-cultural brasileiro. Inclusive, talvez a principal peculiaridade da história cultural brasileira é a

2

8

1



miscigenação. Nada mais oportuno, portanto, que homenagear a comunidade ucraniana de Palmital, formalizando no Calendário Oficial de nosso Estado essa "Festa do Bom Jesus".

Além disso, leis como a presente trilham exatamente o caminho perseguido pelo Poder Constituinte Originário, ao estabelecer a respeito da Cultura, no art. 215 da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional; e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, caberá ao Estado o apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais, sobretudo aquelas que fazem parte do processo civilizatório brasileiro, recheado de miscigenação, decorrência direta dos inúmeros povos que procuraram o Estado brasileiro como sua Nação.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental para tornar a sociedade brasileira solidária com os demais povos que tanto contribuíram com o nosso país e Estado.

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

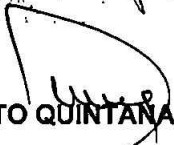

DEPUTADO PERICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE

 1




DEPUTADO RASCA RODRIGUES

RELATOR


CAÍTO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO


MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO

NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO


BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO


TERUO KATO
MEMBRO DA COMISSÃO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 656/2011

Projeto de Lei nº. 656/2011

Autor: Deputado Nereu Moura

Súmula: Fica incluído no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa do Bom Jesus", da comunidade Ucraniana, localizada na sede do Município de Palmital, realizada anualmente no dia 06 de agosto.

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Nereu Moura, tem por objetivo incluir no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa do Bom Jesus", da Comunidade Ucraniana do Município de Palmital, a ser realizada anualmente no dia 06 de agosto.

Na referida comunidade existe uma gruta em louvor ao Senhor Bom Jesus e todos os anos centenas de pessoas de diversas localidades comparecem ao local. O projeto tem por objetivo fortalecer essa tradição, bem como a demonstração de fé e de religiosidade da população.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 22/11/2011, tendo como relator o Deputado Elio Rusch, e da Comissão de Cultura, tendo como relator o Deputado Rasca Rodrigues, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data com o mesmo objetivo.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

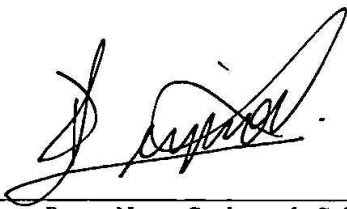
Sala das Comissões, 06 de março de 2012.



DEPUTADO ANÍBEL NETO
Presidente



DEPUTADO PROFESSOR LEMOS
Relator

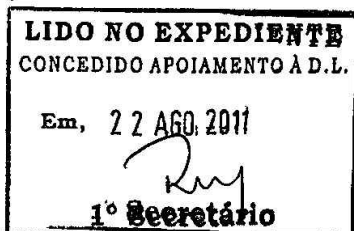


Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto

D. L.
Fls. 02
J.



PROJETO DE LEI Nº 659 DE 2011

SÚMULA: Institui o Dia Estadual do Turista, a ser comemorado no dia 27 de setembro.

Art. 1º. Fica instituído o Dia Estadual do Turista, a ser comemorado, anualmente, no dia 27 de setembro.

Parágrafo único – O Dia Estadual do Turista será incluído no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2011.


ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual

15:15 22/08/2011-688512 DEP ASSUMIU A LEGISLATURA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto

D. L.

Fls. 03

JUSTIFICATIVA

No dia 27 de setembro comemora-se mundialmente o Dia do Turismo. Em um momento em que se busca maior valorização de todo o potencial turístico paranaense, em que o governo estadual intensifica ações para divulgar as inúmeras possibilidades turísticas do Estado, suas peculiaridades e carismas, nada mais acertado do que valorizar especificamente a pessoa do turista, que desempenha papel importante no desenvolvimento e na valorização de nosso Estado.

Neste sentido, propomos a instituição do Dia Estadual do Turista, a ser comemorado também no dia 27 de setembro, contando com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2011.



ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 659/11

Projeto de Lei nº 659/11

Autora: Deputado Estadual ANTONIO ANIBELLI NETO

Súmula: Institui o "Dia Estadual do Turista", ficando a data incluída no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO ESTADUAL O "DIA ESTADUAL DO TURISTA". **COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 e 190 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

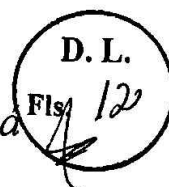
O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Rasca Rodrigues, objetiva inserir no Calendário Estadual o "Dia Estadual do Turista", a ser comemorado anualmente, no dia 27 do mês de setembro.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 14

Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça,
ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos
casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

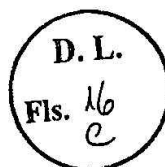
Sala das Comissões, 06 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 659/2011

Projeto de Lei nº. 659/2011

Autor: Deputado Anibelli Neto

Súmula: Institui o Dia Estadual do Turista, a ser comemorado, anualmente, no dia 27 de setembro.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Antonio Anibelli Neto, tem por objetivo instituir o Dia Estadual do Turista, incluindo o mesmo no Calendário Oficial de Eventos do Estado, a ser comemorado, anualmente, no dia 27 de setembro.

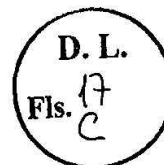
Tal data foi escolhida por ser comemorado mundialmente, no mesmo dia, o Dia do Turismo. Em um momento em que se busca maior valorização do potencial turístico paranaense, o autor entendeu oportuno valorizar a pessoa do turista.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 06/12/2011, tendo como relator o Deputado Alexandre Curi, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data com o mesmo objetivo.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

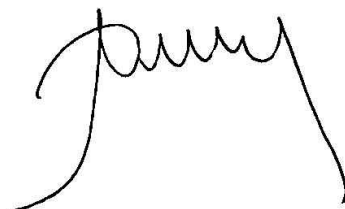
Sala das Comissões, 06 de março de 2012.



DEPUTADO ANIBELLI NETO
Presidente



DEPUTADO BERNARDO CARLI
Relator



Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná